

A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba

Renato Leite Marcondes¹

Abstract

Classical historiography has focused mainly on the large coffee planters in the Paraíba Valley. On analyzing new materials for the boom period of coffee planting in this region, the evidence points to the importance of small and medium planters in terms of their relative share of production and slaveholding. The main primary sources used in this article are the slave registers (registros de matrículas dos escravos) for Taubaté.

Keywords: coffee planting, slavery, historical demography.

Resumo

A historiografia clássica ressaltou a importância dos grandes cafeicultores no vale do Paraíba. Ao analisarmos novas evidências para o período áureo da faina cafeeira nesta região percebemos a relevância da pequena e da média propriedade, tanto no conjunto da produção de café como com relação ao total dos escravos. Utilizamos, como fonte primária, os registros de *matrícula dos escravos* de Taubaté (SP).

Palavras-chave: cafeicultura, escravidão, demografia histórica

Nas últimas três décadas os historiadores desenvolveram uma série de trabalhos calcados em fontes primárias até então pouco utilizadas, tais como listas nominativas de habitantes e registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos. Antes desse período, uns poucos estudos pioneiros tinham incorporado tais documentos, como, por exemplo, os de Lucila Herrmann (1948) e de Luis Lisanti

¹ Doutor em economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e professor das Faculdades Oswaldo Cruz.

Filho (1962).² A assimilação crescente de novas fontes permitiu à literatura historiográfica a qualificação e até a revisão de algumas visões consensuais presentes em textos clássicos, entre eles os de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Algumas das contribuições mais relevantes ocorreram no campo da economia e da demografia. A demografia histórica teve um papel destacado neste avanço.³ Entre o grande número de artigos, dissertações, teses e livros produzidos nessa área são de especial interesse para os propósitos deste trabalho os referentes à análise da estrutura de posse de cativos.

Para os autores clássicos a base da produção no período colonial e no do Império era dada pela grande propriedade escravista monocultora cuja produção destinava-se ao mercado externo. Assim, a distribuição da posse cativa revelar-se-ia altamente concentrada nas mãos de uns poucos e grandes senhores. Conseqüentemente, a população brasileira compor-se-ia, quase exclusivamente, de senhores e escravos; os seus demais integrantes consistiriam em agregados e marginalizados. Gilberto Freyre (1933) alinha-se a esta corrente: "*Se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo. [...] De modo geral, em toda parte onde vingou a agricultura, dominou no Brasil escravocrata o latifúndio (...)*".⁴

O maior expoente desta corrente interpretativa, Caio Prado Júnior (1942), asseverou que nossa economia calcava-se no uso em larga escala da mão-de-obra cativa empregada na produção de gêneros votados à exportação: "*Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a 'grande exploração rural', isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira.*"⁵

² Cf. HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similada). LISANTI FILHO, Luis. *Comércio e capitalismo: o Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. (o exemplo de três vilas paulistas - Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/9)*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, 1962.

³ Cf. COSTA, Iraci del Nero da. *Demografia histórica no Brasil: contribuição para o estabelecimento de um dossiê sobre avanços e desafios*. *Boletim de História Demográfica*. Ano I, nº 3, setembro 1994. (eletrônico). MOTTA, José Flávio. *A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia*. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 12, nº 1-2 jan./dez. 1995, p. 133-149.

⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986, p. 68-69.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 122.

Além da agricultura, encontraríamos na exploração mineratória do século XVIII: *"uma organização que afóra as distinções de natureza técnica, é idêntica à da agricultura; concorreram para isto, de uma forma geral, as mesmas causas, acrescidas talvez da influência que a feição geral da economia brasileira já tomara quando a mineração se inicia. É ainda a exploração em larga escala que predomina: grandes unidades, trabalhadas por escravos."*⁶

Celso Furtado (1959) não concorda com a preponderância da grande propriedade na época da mineração; na região das Minas, durante o século XVIII, haveria uma possibilidade maior de inserção do homem livre. Entretanto, a economia açucareira e a cafeeira estariam apoiadas na exploração em larga escala dos cativos: *"A empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, e nisto se assemelha à açucareira."*⁷ De outro lado, o autor reconhece a menor necessidade de capitais por parte da cafeicultura.

Mais recentemente João Manuel Cardoso de Mello (1975) recolocou a necessidade da grande exploração baseada em largos contingentes de mão-de-obra cativa. Os pequenos e os médios cafeicultores mostrar-se-iam inviáveis. Nas palavras do próprio autor:

*"Podemos compreender, neste momento, por que a empresa cafeeira surge como latifúndio escravista. Como latifúndio, não somente porque existisse uma determinada repartição de terras prévia à sua constituição. Surge como latifúndio também e principalmente porque, dados os preços dos recursos produtivos e se definindo a produção cada vez mais como produção em massa, as margens de lucro eram reduzidas, o que impunha uma escala mínima de produção lucrativa e, reversivamente, determinava investimentos vultosos, que funcionavam como barreira à entrada."*⁸

Os novos trabalhos baseados em fontes primárias locais e regionais não corroboram, em sua totalidade, essas visões mais gerais. Embora o número de escravos que possa definir a grande propriedade escrava seja vago, Francisco Vidal Luna ao estudar cinco localidades mineiras no período 1718-1804 observou um padrão de posse cativa que não parece

⁶ Idem, p. 123.

⁷ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980, p. 114. No século XIX Minas Gerais forneceria recursos humanos e materiais para a expansão cafeeira observada no vale do Paraíba.

⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 57.

corroborar a visão da historiografia tradicional. Ocorria o predomínio dos pequenos escravistas (de um até cinco escravos) e eram raros os proprietários de grandes escravarias. O autor concluiu:

*“As peculiaridades da atividade mineira propiciaram a formação de uma estrutura singular nas Gerais. De modo geral, aquilo que se pode comparar à ‘grande lavoura’ ali não predominou. Por força de variadas circunstâncias, inclusive pela orientação Metropolitana, a atividade não se assentou no grande produtor; tal linha de conduta não constituiu mudança inexplicável nas regras do Sistema Colonial, representou, na verdade, uma adaptação de tais normas às características próprias da mineração (...)”.*⁹

Atualmente, diversos estudos ampliaram o espaço territorial e o lapso temporal para além das Minas Gerais do século XVIII e do início do século XIX lançando luz sobre a importância dos pequenos e médios escravistas. A região de Minas manteve durante o século XIX, apesar da decadência da exploração do ouro, o maior contingente escravo brasileiro. Além disto, ela recebeu um fluxo migratório positivo durante este período, contrariando a visão tradicional de Furtado. Como evidenciado por Roberto Borges Martins e Amílcar Martins Filho, a atividade econômica da região não se concentrava em produtos de exportação, mas, principalmente, na elaboração de bens destinados ao mercado interno.¹⁰ Outros autores, como, por exemplo, Clotilde Andrade Paiva e Douglas Cole Libby, procuraram reafirmar a importância do contingente cativo mineiro.¹¹ Eles basearam-se nas listas nominativas distritais de 1831-1832 e nas matrículas de escravos para 1873-1875 correspondentes ao Oeste mineiro e à localidade de Paracatu. Para ambos os períodos, estes autores verificaram o predomínio dos pequenos escravistas. Os proprietários de 1 a 4 cativos representavam 64,7% do conjunto de detentores de es-

⁹ LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores - análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE-USP, 1981, p. 156-157.

¹⁰ Cf. MARTINS FILHO, Amílcar & MARTINS, Roberto Borges. *Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais*. *Hispanic American Historical Review*. v. 63, n° 3, Aug. 1983, p. 537-569.

¹¹ Um estudo pioneiro com base nas listas de classificação dos escravos para a libertação foi efetuado por Márcia Graf em sua dissertação de Mestrado de 1974 (Cf. GRAF, Márcia Elisa de Campos, *População escrava da Província do Paraná: a partir das listas de classificação para emancipação - 1873 e 1886*. SCHLA/UFPR, 1974). Embora não realize um estudo da estrutura de posse de cativos, ela apresenta detalhadamente as fontes e suas origens legais. Além disto, os resultados da exploração dos dados mostraram a ineficiência do Fundo de Emancipação para a libertação gradativa dos escravos e as características demográficas (sexo, idade, ocupação) do segmento cativo estudado.

cravos em 1831-1832 e 75,4% em 1873-75. O número médio de cativos era de 5,0 no primeiro momento e de 3,7 no segundo.¹² Destarte, as posses escravas não alcançaram patamares elevados nessas regiões mineiras durante o século XIX.

O Nordeste constituía uma região com respeito à qual poder-se-ia esperar uma alta concentração da posse cativa. Stuart B. Schwartz observou para a Bahia colonial um número médio de escravos de 65,5 por senhor de engenho; porém, segundo ele as "*propriedades com uma escravaria dessa magnitude não se parecem enquadrar na imagem comum da grande lavoura brasileira como um imenso latifúndio com centenas de escravos trabalhando sob o controle unitário e patriarcal de um proprietário e senhor residente.*"¹³ Cabe lembrar que os senhores de engenho correspondiam a menos de um décimo do total de possuidores de escravos. No caso dos engenhos fluminenses a média de escravos atingiu 35,98 em 1778; dos 323 engenhos analisados por Iraci Costa, somente dez mantinham mais de cem cativos (3,1%).¹⁴ Em Sergipe, Josué Modesto dos Passos Subrinho verificou, com base nas listas de classificação dos escravos para o município de Laranjeiras, um pequeno número médio de escravos por proprietário em 1873 (3,6). Segundo o autor:

*"A imagem da grande propriedade escravista, de centenas de escravos apinhados em senzalas infectas ou reunidos em eitos numerosos sob a severa vigilância dos feitores é ainda, possivelmente, a primeira que nos vem a mente quando pensamos em propriedade de escravos, apesar dos esforços revisionistas de alguns historiadores e demógrafos. Nesse sentido, o número pode surpreender, porém, confirma estudos feitos para outras áreas do país e para outras épocas, acerca do predomínio da pequena propriedade escrava e, portanto, da pequena média de escravos por proprietário."*¹⁵

Vários estudos efetuados para São Paulo a partir de listas nominativas de habitantes chegaram a resultados próxi-

¹² Cf. PAIVA, Clotilde Andrade & LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. v. 25, nº 2, mai./ago. 1995, p. 203-233.

¹³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 364.

¹⁴ Cf. COSTA, Iraci del Nero da. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 28, 1988, p. 111-113.

¹⁵ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Escravos e senhores no crepúsculo do escravismo: Laranjeiras, Província de Sergipe. *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia*. Recife: UFPel/PIMES, v. II, 1997, p. 1003.

mos aos de Minas Gerais. Entre eles destaca-se o de Luna & Costa, que estudaram, para 1804, nove localidades paulistas, entre as quais algumas valeparaibanas, e Curitiba. O perfil da distribuição da propriedade escrava para o conjunto dos escravistas revelou posses médias reduzidas, entre 3,7 e 9,4.¹⁶ A população considerada representava cerca de um terço do número total de habitantes da região; assim, não se observava uma distribuição dos cativos similar à aventada pelos autores clássicos. Não obstante, algumas ressalvas podem ser feitas a esta última assertiva, pois no momento estudado por Luna & Costa ainda não havia ocorrido a difusão da cafeicultura em São Paulo: àquela altura, o cultivo da rubiácea apenas estava se afirmando na região; como a plantation cafeeira não se encontrava estabelecida seria de se esperar, para 1804, posses mais modestas do que as verificadas com respeito aos engenhos baianos e fluminenses.

No vale do Paraíba, a estrutura econômica apresentava variações locais. Algumas localidades apresentavam uma participação maior de grandes escravistas do que outras, exemplo disto encontramos em Bananal e Areias para São Paulo e em Vassouras para o Rio de Janeiro.¹⁷ De outra parte, vários autores mostraram, mesmo para o período de apogeu da cafeicultura, a importância dos pequenos e médios produtores na região, inclusive de café. Maria Celina Whately, por exemplo, estudando a cafeicultura em Resende (RJ) durante o século XIX, verificou a diferença de porte de cultivo na localidade em questão com relação a Vassouras. Ela chegou a afirmar: "*Uma das peculiaridades de Resende foi exatamente a produção de café, com base num grande número de pequenos e médios produtores e poucos grandes cafeicultores.*"¹⁸ A pretendida especificidade (singularidade) parece-nos recorrente. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali, trabalhando com trinta inventários de São José dos Campos (SP) e concernentes ao período 1870-1888, verificou uma situação próxima à de Resende:

"A documentação consultada indica que a cidade de São José dos Campos vinha se constituindo, e formando seus cafezais, pela presença bastante numerosa de pequenos e médios lavradores. Sitiantes e 'meeiros'

¹⁶ Cf. LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*. v. 13, nº 1, jan./abr. 1983, p. 211-221.

¹⁷ Ver MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. Tese (Doutorado em Economia) - FEA/USP, 1998, capítulo 3.

¹⁸ WHATELY, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p. 60.

povoavam aquelas paragens em grande quantidade. (...) Provavelmente seja essa uma peculiaridade das lavouras de café de São José dos Campos de finais do século XIX. Mesmo as maiores fazendas não deveriam ter as dimensões que as grandes fazendas dos barões do café, tiveram nos áureos tempos da cafeicultura, no Vale do Paraíba Paulista. (...) A grande maioria dos lavradores possuía, em média, de 10 a 15 trabalhadores escravos em suas fazendas.”¹⁹

Célia Maria Loureiro Muniz estudou a estrutura fundiária no vale do Paraíba fluminense durante o século XIX. A partir das formas de apropriação da terra, ela mostrou que “sua estrutura produtiva não era constituída, apenas, de grandes fazendeiros de café, mas também de pequenos proprietários.”²⁰ Outra qualificação efetuada pela autora refere-se ao tamanho das propriedades: “Muitos livros sobre economia cafeeira, falam em ‘grandes propriedades’ ou ‘enormes latifúndios’. No entanto essas fazendas de café não eram tão grandes, elas possuíam em média de 100 a 200 alqueires sendo que muitas possuíam menos de 100 alqueires.”²¹

As listas nominativas de habitantes embasaram empiricamente diversos estudos de estrutura de posse de cativos para o vale do Paraíba paulista. José Flávio Motta analisou a propriedade escrava em Bananal. No início (1801), o plantio de café devia-se a não-escravistas, posteriormente os possuidores de cativos passaram a cultivá-lo; quando o café já se difundira na localidade (1829), o número médio de escravos dos cafeicultores alçou-se a 13,8 (11,7 para os escravistas em geral).²² Armênio de Souza Rangel verificou a média de 7,8 escravos por cafeicultor detentor de cativos para a Taubaté (SP) em 1835 (5,1 para o total dos escravistas), momento este em que o cultivo do café não atingira as proporções alcançadas em Bananal e Areias.²³ Francisco Vidal Luna, ao analisar a vila de Areias, para 1836, determinou a média de 9,3 escravos para o conjunto dos escravistas; destes, os produtores de café

¹⁹ PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. *Vestígios de um cotidiano: trabalhadores escravos, lavradores, negociantes e coronéis em São José dos Campos (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-SP, 1996, p. 128-129.

²⁰ MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do vale do Paraíba fluminense, no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - ICHF/UFF, 1979, p. 160.

²¹ Idem, p. 135.

²² Cf. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura de posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Tese (Doutorado em Economia) - FEA/USP, 1990, p. 122, 137 e 178.

²³ RANGEL, Armênio de Souza. *Escravidão e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté (1765-1835)*. Tese (Doutorado em Economia) - FEA/USP, 1990, p. 205 e 224.

mantinham, em média, 12,6 cativos.²⁴ Renato Leite Marcondes observou, em 1829, um número médio de cativos de 6,3 para Lorena (SP) que, àquela altura, mostrava-se menos expressiva em termos de atividade cafeeira do que Bananal e Areias.²⁵ No caso dos produtores lorenenses de café o indicador em foco atingia, em 1829, o valor de 10,2. Com base numa amostra de 187 inventários para o período 1830/79, o referido autor pôde verificar a média de 22,5 escravos por escravista produtor de café.²⁶ Destarte, o desenvolvimento cafeeiro até a quarta década do século XIX parece ter ocorrido em moldes distintos dos propalados pela historiografia clássica, pois a média de cativos por escravista oscilou ao redor de dez, dando-se o mesmo para os cafeicultores. Alguns autores discordam desta afirmativa. Rangel, por exemplo, coloca o seu trabalho como uma corroboração das teses de Caio Prado Jr. Nas suas próprias palavras: "(...) o município aproximava-se, em múltiplos aspectos de sua organização econômica e social, do modelo da plantation exportadora, formulado por Caio Prado Júnior."²⁷

Será que o quadro delineado por Armênio Rangel aproxima-se da visão de Caio Prado Jr? Uma questão que pode ser levantada para ilustrar tal discussão seria a do número de escravos que definiria a plantation. Mais de vinte cativos parece-nos muito pouco. Ou mais de quarenta, ou até um número superior a cem? Com números médios de escravos ao redor de dez, poucos escravistas alcançariam, apesar da concentração, as posses superiores a quarenta e dificilmente cem. Quantos cativos os maiores proprietários de Taubaté teriam em 1835? De acordo com Rangel, haveria apenas quatro escravistas com mais de quarenta escravos, mas eles detinham menos de cem elementos em seus plantéis.²⁸ Nesse momento de expansão cafeeira, ele descreve a importância dos pequenos produtores de café:

"A produção máxima observada por domicílio, nesse período, foi de 1.500 arrobas no ano de 1835. Nesse ano, a produção média por domicílio teria atingido 55 arrobas. Até 50 arrobas de produção, envolvia 81,9% do total de produtores e 30,2% do total de café.

²⁴ Cf. LUNA, Francisco Vidal. População e atividades econômicas em Areias (1817-1836). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, n.º 3, set./dez. 1994, p. 433-463.

²⁵ Cf. MARCONDES. Op. cit., p. 72.

²⁶ Vale a observação de que o conjunto dos inventários subestimam a representatividade da população menos abastada em relação às listas nominativas (Ver MARCONDES. Op. cit., capítulo 4).

²⁷ RANGEL. Op. cit., p. 302. Em artigo sobre a concentração da propriedade da terra e de escravos em Taubaté de 1774 a 1817, o autor reafirma sua posição. RANGEL, Armênio de Souza. Dilemas da historiografia paulista: a repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 28, n.º 2, abr./jun. 1998, p. 351-368.

²⁸ RANGEL. Op. cit., p. 206.

Assim, em sua grande maioria [dos 422 cafeicultores / RLM], tratavam-se de pequenas plantações. Já havia, é verdade, plantações maiores e com elevada participação na produção total: 6 domicílios produziram acima de 500 arrobas 22,4% do total de café [...] Contudo, mesmo essas plantações maiores nada tinham a ver com as plantações da maturidade [da segunda metade do século XIX / RLM] que se caracterizavam por grandes escalas de produção.”²⁹

Até 1835 os informes de Taubaté não parecem corroborar a visão de Caio Prado Jr. A referência ao modelo de Prado Jr. deve-se à tendência de consolidação da plantation para o período posterior, para o qual Rangel não possui dados primários. Nesta discussão, uma visão mais apurada da realidade parece-nos ser a exposta por Iraci Costa em seu trabalho *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior*.

“Como vimos, tanto a propriedade e usufruto da terra como a economia de subsistência marcavam-se, no passado escravista brasileiro, por gradações que preenchiam um rico e nuançado espectro. O mesmo podemos afirmar no concernente à estrutura da posse de escravos, a qual percorria, também, um continuum no qual se viam representados todos os tamanhos de plantel, bem como as distintas atividades econômicas aqui praticadas e que tenderam a se diversificar cada vez mais com a passagem do tempo. Assim, afora casos tópicos em que predominavam maciçamente os grandes escravistas, tomada em seu conjunto, a economia brasileira, grosso modo, conheceu, nos mais variados setores e quadrantes, situações em que coexistiam pequenos, médios e grandes proprietários.”³⁰

As novas visões propostas por estes trabalhos mais recentes permitem-nos afirmar a necessidade de incorporarmos a pequena e a média propriedade na análise da economia cafeeira, ou seja não podemos nos restringir, apenas, aos grandes potentados. Seria oportuno, ademais, examinar a estrutura da posse cativa para o período posterior a 1840, o qual, prima facie, deveria apresentar um perfil muito próximo daquele delineado pela historiografia clássica.

À luz, pois, deste desenvolvimento recente da

²⁹ RANGEL. Op. cit., p. 263.

³⁰ COSTA, Iraci del Nero da. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr.* São Paulo: NEHD-FEA/USP, 1995 (Cadernos NEHD, n° 3), p. 18.

historiografia, procuramos estudar a importância dos diferentes portes de propriedade de cativos e de produção de café no momento áureo da cafeicultura no vale do Paraíba. Como para o período aludido não existem listas nominativas de habitantes lançamos mão de uma fonte alternativa, igualmente apta a nos auxiliar no entendimento do papel da pequena e da média propriedade na cafeicultura do vale do Paraíba, ou seja, uma relação de produtores de café que exportavam seu produto pelos portos do litoral sul da província do Rio de Janeiro, rol este efetuado pelo coletor de Angra dos Reis (RJ), em 1868, e denominado: “*Mapa do arrolamento das fazendas de café situadas nas imediações das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas*”.³¹ As principais povoações abarcadas pelo documento são as seguintes: Resende, Barra Mansa, Santana dos Tocos, Campo Bello no caso do Rio de Janeiro; Bananal, Areias, São José dos Barreiros, Queluz e Silveiras para São Paulo e Lapa para Minas Gerais.

Servimo-nos, ademais, de outra fonte documental: os registros de matrícula de escravos para Taubaté, localidade esta que, na aludida quadra, constituía um importante centro cafeicultor do vale do Paraíba.³² A elaboração deste documento deve-se à regulamentação da Lei do Ventre Livre (de 27/09/1871) efetuada pelos decretos 4.835 e 5.135 em dezembro de 1871 e novembro de 1872, respectivamente.³³

A matrícula em Taubaté ocorreu em 1872.³⁴ As informações básicas presentes no documento consistem no nome e no título do proprietário e, com relação ao escravo, no nome, idade, cor, estado conjugal, ocupação, aptidão para o serviço e algumas observações referentes ao fato de a matrícula ha-

³¹ PEREIRA, Waldick. *Cana, café & laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977, p. 56. Waldick Pereira publicou integralmente este mapa em seu livro sobre a história econômica de Nova Iguaçu.

³² Este documento encontra-se depositado no Arquivo Municipal de Taubaté.

³³ Segundo esta última determinação, as comissões municipais deveriam classificar os escravos para emancipação obedecendo à seguinte ordem: “I - Na libertação por famílias, preferirão: 1 - Os cônjuges que forem escravos de diferentes senhores; 2 - Os cônjuges, que tiverem filhos, nascidos livres em virtude da lei e menores de 8 anos; 3 - Os cônjuges, que tiverem filhos menores de 21 anos; 4 - Os cônjuges com filhos menores escravos; 5 - As mães com filhos menores escravos; 6 - Os cônjuges sem filhos menores; II - Na libertação por indivíduos, preferirão: 1 - A mãe ou pai com filhos livres; 2 - Os de 12 a 50 anos de idade, começando pelos mais moços no sexo feminino, e pelos mais velhos no sexo masculino;” (Coleção das Leis do Brasil, 1872, v. 2, p. 1059).

³⁴ O documento consultado deve ter sido organizado posteriormente à matrícula, de acordo com o regulamento de 1872. As listas de matrículas dos escravos serviram de base para o livro examinado. Como os livros compulsados encontram-se organizados de acordo com a classificação para o fundo de emancipação, os escravos viram-se distribuídos pelas diversas classes. Para efetuarmos o estudo da estrutura da posse cativa tivemos de reunir os cativos dispersos pelas várias ordens; para tanto, servimo-nos dos nomes dos proprietários. Os casos de homônimos ou de mudanças na forma de anotar os nomes poderiam introduzir imprecisões neste estudo; para obviá-las procuramos verificar se havia homônimos na listagem de inventariados a partir de 1872. De outro lado, em geral, a numeração dos escravos na matrícula manteve uma seqüência para um determinado proprietário, facilitando-nos a confirmação da propriedade cativa.

ver sido realizada em outra localidade ou província. Tais informações permitir-nos-ão efetuar o cálculo dos indicadores básicos da estrutura de posse de cativos; indicadores estes que se verão comparados com os resultados obtidos por Paiva & Libby, Passos Subrinho, Robert Slenes e Hebe Castro, sendo os dois últimos para as localidades de Campinas (SP) e Bananal, respectivamente.³⁵ Vejamos, pois, o que nos é reservado pelos dados acima discriminados.

A produção cafeeira

O levantamento dos fazendeiros de café elaborado pelo coletor de Angra dos Reis compreendeu 490 produtores: 183 fluminenses, 304 paulistas e apenas 3 mineiros.³⁶ A produção atingiu 1.712.900 arrobas em 1868, representando 12,0% da exportação brasileira de café para 1867/1868, ou seja uma expressiva parcela do total destinado ao exterior.³⁷ As propriedades fluminenses colheram 803.500 arrobas, as paulistas 901.100 e as mineiras 8.300; a produção média das primeiras chegou a 4.391 arrobas, enquanto a das segundas alcançou 2.964 e a das últimas 2.767. Assim, o porte médio das fazendas do Rio de Janeiro mostrou-se superior ao das demais.

A distribuição da colheita de café revelou uma concentração expressiva. O maior cafeicultor era Joaquim José de Souza Breves, com 150.000 arrobas colhidas em Lage (RJ).³⁸ Na tabela 1 percebemos um número elevado de produtores de até 999 arrobas (28,0%), mas que participavam com apenas 4,0% do total colhido. De outro lado, os cafeicultores que colhi- am 10.000 ou mais arrobas representavam, tão-somente, 7,7% do conjunto dos produtores, porém detinham 42,6% da produção total. Em decorrência, o índice de Gini calculado para a concentração da produção atinge 0,611.

³⁵ Cf. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Resgate: Uma janela para o oitocentos*. CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: Uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1995, p. 225-242. SLENES, Robert W. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura. *População e Família*, v. 1, n.º 1, jan./jun. 1998, p. 9-82.

³⁶ Deste total de cafeicultores 92,0% compunham-se de pessoas do sexo masculino e 7,4% do feminino. Havia ainda 3 companhias produtoras de café (0,6%). Podemos aventar a possibilidade de existir, ainda, um contingente de pequeninos produtores de café não arrolados pelo coletor, pois a menor quantidade anotada foi de 200 arrobas; muitas vezes, pequenos agricultores dedicavam-se marginal e/ou eventualmente ao cultivo da rubiácea.

³⁷ IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, v. 3, p. 350.

³⁸ A famosa família Breves apresentou uma grande participação no cultivo do café e no fornecimento de mão-de-obra escrava no vale do Paraíba fluminense. Além de Joaquim José, constava do arrolamento José de Souza Breves que colheu 30.000 arrobas (a segunda maior quantidade produzida entre todos os cafeicultores fluminenses).

TABELA 1

**DISTRIBUIÇÃO DOS CAFEICULTORES
SEGUNDO FAIXAS DA QUANTIDADE
PRODUZIDA (1868)**

FAIXAS (em arrobas)	Nº de cafeicultores	Participação no total de cafeicultores	Produção de café (em arrobas)	Participação no total da produção
Até 999 1.000 a	137	28,0%	67.400	4,0%
4.999 5.000 a	259	52,9%	541.500	31,6%
9.999 10.000	56	11,4%	374.000	21,8%
ou mais	38	7,7%	730.000	42,6%
TOTAL	490	100,0%	1.712.900	100,0%

A concentração da produção de café alcançou patamar maior para os produtores fluminenses do que os paulistas: o índice de Gini dos primeiros é 0,648 e o dos segundos 0,573. Desse modo, tanto a desigualdade entre os cafeicultores fluminenses como sua produção média eram superiores às observadas entre os cultivadores paulistas de café. Uma ilustração deste resultado nos é dada pela comparação dos maiores produtores da rubiácea de São Paulo com os do Rio de Janeiro; assim, os grandes cafeicultores paulistas, como o Barão de Bella Vista e Manuel d'Aguiar Vallim, colhiam 30.000 e 23.000 arrobas, respectivamente; já do outro lado da divisa o afamado Breves produzia cinco vezes mais.³⁹

Os pequenos e médios cafeicultores que colhiam menos de 10.000 arrobas somaram 452 produtores. A maioria dos cultivadores de café encontrava-se nesta condição (92,3%). Eles produziram, em conjunto, 982.900 arrobas. Esta quantidade superava a dos maiores cultivadores, representando 57,4% do total da produção. Assim, a importância dos pequenos e médios produtores de café coloca-se não apenas em termos do conjunto dos cafeicultores como, também, no total da produção deste gênero.

³⁹ Maria Joaquina d' Almeida (viúva de Luciano José de Almeida) & filhos também colhiam 30.000 arrobas em São Paulo.

A propriedade escrava

A matrícula de escravos de Taubaté permitiu-nos estabelecer a distribuição da posse cativa para o início da década de 1870.⁴⁰ Nesse momento registraram-se 4.168 escravos pertencentes a 660 escravistas, donde resulta o número médio de 6,3 cativos.⁴¹ Este valor revelou-se maior do que a média de 5,1 calculada por Armênio de Souza Rangel para 1835.⁴² Os possuidores de plantéis unitários representavam um terço do total de escravistas, mas mantinham apenas 5,3% dos escravos. Se aceitarmos a definição de pequenos e médios escravistas como detentores de menos de vinte escravos, os 613 indivíduos nesta condição representariam 92,9% do total de proprietários de cativos. A massa escrava possuída por eles chegaria a 2.289 cativos (54,9% do conjunto da escravaria). Já os trinta e sete grandes escravistas detinham 45,1% dos escravos (Cf. tabela 2).⁴³

⁴⁰ Parece ter havido uma desconsideração de uma pequena parcela dos escravos e, talvez, de proprietários, em decorrência da falta das páginas iniciais e finais do livro consultado. Esta perda afetou o contingente das crianças (no início do documento) e dos cônjuges sem filhos (ao final do livro). No conjunto, a perda não atingiu grandes proporções, pois 4.122 escravos foram recensados em 1874, ou seja um número menor do que os computados na matrícula. Talvez, isto resulte da presença de ingênuos na matrícula. O maior número atribuído a um escravo matriculado foi 4.296, ou seja devemos estar subestimando em cerca de pouco mais de cem escravos o total da escravaria de Taubaté.

⁴¹ Com base nos registros de matrícula do município, Hebe Castro calculou, para Bananal, a média de 14,2 escravos por escravista (Cf. CASTRO, Op. cit., p. 233). Robert Slenes analisando uma amostra das listas de matrículas para Campinas verificou a média de 23,7 cativos por proprietário. A sua estimativa para a totalidade do município chegou a 12,7 (Cf. SLENES, Op. cit., p. 82). Para essa época a média observada por Paiva & Libby para Paracatu e o Oeste mineiro alcançou apenas 3,7 e a estabelecida por Passos Subrinho para Laranjeiras atingiu, tão-somente, 3,6. Estas últimas mostraram-se muito inferiores às verificadas em Taubaté e Campinas; provavelmente, a atividade econômica da região mineira não permitisse uma acumulação de cativos tão elevada como a propiciada pela cafeicultura, embora a faina cafeeira fosse executada em escalas diferenciadas nas aludidas localidades paulistas.

⁴² RANGEL, Op. cit., p. 205.

⁴³ Passos Subrinho observou em Laranjeiras 275 escravistas com apenas um cativo de um total de 449 (61,3%). Os detentores de plantéis unitários mantinham 17,1% da escravaria (Cf. PASSOS SUBRINHO, Op. cit., p. 1004). Por outro lado, os grandes escravistas bananalenses e campineiros detinham 62,7% e 70,6% dos cativos (Cf. CASTRO, Op. cit., p. 235 e SLENES, Op. cit., p. 77). Em face de Taubaté, o porte e a concentração das escravarias de Bananal e Campinas mostraram-se muito superiores.

TABELA 2

**ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS,
SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS
PLANTÉIS (Taubaté, 1872)**

Faixas de Tamanho	Proprietários	%	Escravos	%
1 cativo	221	33,5	221	5,3
2 a 4	248	37,6	691	16,6
5 a 9	84	12,7	569	13,6
10 a 19	60	9,1	808	19,4
20 a 39	29	4,4	771	18,5
40 ou mais	18	2,7	1.107	26,6
TOTAL	660	100,0	4.167	100,0

Obs: (a) Havia mais um escravo para o qual não identificamos o proprietário.

Para 1872 calculamos o índice de Gini de 0,637, muito superior ao de 0,479 computado para 1835 por Armênio Rangel.⁴⁴ Zélia Maria Cardoso de Mello efetuou o cálculo do Gini para o município de São Paulo com base em inventários; o índice passou de 0,671 entre os anos de 1845 e 1850 para 0,880 no período de 1872 a 1880.⁴⁵ Renato Leite Marcondes observou um crescimento da desigualdade da posse escrava ao longo do século XIX para uma amostra de escravistas de Lorena, isto com base em listas nominativas de habitantes para o início do século e em inventários efetuados entre 1830 e 1879.⁴⁶ Entretanto, o aumento da concentração da propriedade não inviabilizou a atividade econômica dos indivíduos que possuíam recursos ordinários; de toda sorte, a situação imperante em Taubaté reafirma a tendência de concentração da propriedade escrava na província de São Paulo.

O contingente cativo taubateano matriculado compunha-se de 2.453 indivíduos do sexo masculino e 1.682 mulheres. O número de escravos casados chegou a 707 e o de viúvos atingiu 66 indivíduos (23,4% e 2,2% do total de pessoas com mais de 14 anos de idade, respectivamente). Os cônjuges que eram

⁴⁴ Cf. RANGEL. Op. cit., p. 207.

⁴⁵ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal da Cultura, 1985, p. 110.

⁴⁶ Cf. MARCONDES. Op. cit., capítulo 4.

escravos de senhores diferentes somavam 66 (9,3% dos casados). Os cônjuges e os pais ou mães solteiros ou viúvos conforme a regulamentação da lei do ventre livre totalizaram 849 cativos, representando 28,1% dos cativos com idade superior a 14 anos; se adicionarmos os viúvos não acompanhados de filhos o peso relativo chega a 29,3%.

A razão de sexo ou de masculinidade atingiu 145,8 (número de pessoas do sexo masculino para cada cem do feminino).⁴⁷ Apesar da ausência do tráfico africano internacional (suprimido em 1850) naquele momento (1872), o predomínio masculino resultava, em parte, deste fluxo passado. Por outro lado, o início do movimento migratório de escravos de outras províncias para Taubaté também parece ajudar a explicar este resultado. Trinta e oito cativos presentes na matrícula de Taubaté haviam sido matriculados em outras províncias, especialmente Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Bahia; deste total, a participação do sexo feminino correspondeu a tão-somente nove pessoas (23,7%). Como sabido, nas aquisições de cativos dava-se preferência aos do sexo masculino; de outra parte, a ocorrência da alforria recaía preponderantemente sobre as pessoas do sexo feminino. Dos cativos casados apenas 325 eram mulheres enquanto os homens somavam 382 (707 casados no total); tal diferença deve-se à existência de um maior número de cativos casados com mulheres livres do que de escravas com homens livres. A menor razão de sexo ocorreu para os plantéis unitários (91,3); o valor de tal indicador cresce significativamente à medida que aumenta o tamanho dos plantéis, atingindo 177,0 para os grandes escravistas (Cf. tabela 3).⁴⁸

⁴⁷ Em Laranjeiras, Passos Subrinho calculou uma razão de sexo de 102 para a totalidade da população escrava (Cf. PASSOS SUBRINHO. Op. cit., p. 1001). Na Província do Paraná, Graef verificou uma razão de 106 para os cativos relacionados para a libertação (Cf. GRAEF. Op. cit., p. 75). Paiva & Libby observaram, em Minas Gerais, uma razão de sexo de 99,8 para a população escrava maior de 9 anos (Cf. PAIVA & LIBBY. Op. cit., p. 225). Em Campinas, Slenes chegou a uma razão de 182 para os cativos com idade acima de 15 anos (Cf. SLENES. Op. cit., p. 77); já para Taubaté o valor correlato alcançou 153, considerados os escravos com 15 anos ou mais. As maiores razões ocorreram nas regiões cafeeicultoras.

⁴⁸ Resultado análogo foi observado por Iraci Costa & Nelson Nozoe para a localidade de Lorena em 1801 (Cf. COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 19, n° 2, mai./ago. 1989, p. 319-345).

TABELA 3

**RAZÃO DE SEXO E FAIXAS ETÁRIAS
DA POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO
FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Taubaté, 1872)**

	Faixas de tamanho dos plantéis						Total
	1	2 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 39	40 ou +	
Razão							
de Sexo	91,3	120,5	138,4	140,3	165,0	177,0	145,8
Faixas Etárias (anos):							
0 a 14	5,0%	18,2%	17,2%	22,4%	17,9%	19,3%	100,0%
15 a 49	5,9%	16,6%	12,7%	19,2%	19,2%	26,4%	100,0%
50 ou +	3,6%	14,4%	11,5%	13,6%	18,7%	38,2%	100,0%

Os escravos com idades de 15 a 49 anos perfaziam 60,1% do total de cativos e as pessoas com 50 ou mais anos 13,4%. Os mais idosos encontravam-se preponderantemente nas grandes escravarias. Apesar da falta de informações para a sua totalidade em razão da referida perda de algumas folhas do documento, a presença de crianças de 0 a 14 anos de idade mostrou-se elevada, representando 26,5% dos escravos. Em Minas Gerais, Paiva & Libby verificaram uma participação ainda maior das crianças no conjunto dos cativos: 32,6%; este resultado, aliado a outros, permitiu aos autores afirmarem a importância do crescimento vegetativo do contingente cativo.⁴⁹ Ao que nos parece, fatores de ordem econômica e demográfica, que se condicionam mutuamente, explicam os resultados observados para Minas Gerais: propriedades cativas mais modestas desenvolvendo atividades econômicas destinadas ao mercado interno, aliadas a uma composição dos plantéis mais equilibrada entre os sexos.

Infelizmente, os registros de matrícula não trazem informações sobre as ocupações desenvolvidas pelos escravistas. Quando cruzamos a matrícula com os informes do Almanaque

⁴⁹ Cf. PAIVA & LIBBY. Op. cit., p. 223.

de 1873 para a Província de São Paulo verificamos a presença de 44 fazendeiros de café e algodão, os quais detinham 1.096 dos cativos arrolados nos registros de matrícula (26,3%).⁵⁰ O número médio de cativos destes agricultores chegou a 24,9, valor este que supera largamente o da totalidade dos escravistas. Os vinte e um negociantes, capitalistas e lojistas mantinham 168 cativos, ou seja uma média de 8 escravos por proprietário.⁵¹ Os cafeicultores e produtores de algodão mantinham uma padrão de posse cativa superior ao dos mercados em geral.⁵²

O maior proprietário de cativos matriculados foi o Tenente Coronel Francisco Alves Monteiro, falecido em 1874 com um patrimônio de mais de mil contos de réis e 124 escravos, igual ao número registrado na matrícula. Ele atuava como cafeicultor e usurário. Seu filho, o Barão de Tremembé (1830-1911), detinha 54 cativos. O Barão, depois Visconde, das Palmeiras (1805-1888) possuía o segundo maior plantel, com 92 elementos. Manoel Gomes Vieira, com 86 cativos, era proprietário da terceira maior escravaria.

Em 1884, a Coletoria de Rendas publicou no jornal O Paulista a relação nominal de escravistas de Taubaté que pagaram o imposto provincial sobre escravos.⁵³ Ainda que tal fonte possa não ser tão confiável como os registros de matrícula, ela permite o estabelecimento de algumas considerações sobre a estrutura de posse de cativos nesse ano. Infelizmente, não temos a relação completa dos escravistas, pois não localizamos dois números do jornal em que se publicou parte do relato.

Só 110 senhores pagaram o imposto de 5\$000 réis, compreendendo apenas 161 cativos; para tais senhores o número médio de escravos possuídos chegava, tão-somente, a 1,5. Os escravos de lavoura distribuíam-se por 762 escravistas, mas só temos o informe concernente a 612 deles, pois, como avançado, não nos foi dado encontrar dois números do jornal. O número de cativos destes 612 proprietários totalizou 3.283 pessoas. A posse média atingia, portanto, 5,4 escravos. Se computarmos esta média para os 150 proprietários cujas informações nos faltam, chegamos a uma estimativa de 4.093

⁵⁰ Nas matrículas não havia o informe da ocupação dos proprietários. Tentamos analisar as suas atividades mediante o cruzamento das pessoas enumeradas no Almanaque e os escravistas presentes na matrícula. Dos 660 indivíduos nesta última condição determinamos a ocupação para 65 (9,9%).

⁵¹ Dos 39 eleitores da comarca 25 estavam presentes na matrícula (64,1%).

⁵² Este resultado também foi verificado por Marcondes (Op. cit., capítulo 4).

⁵³ A taxa consistia no pagamento de 3\$000 réis para cada cativo residente na província e que atuasse no serviço de lavoura. A propriedade dos demais escravos sujeitava-se à taxa de 5\$000 réis por pessoa mantida no plantel. Em função desta tributação diferenciada, parece que houve uma subestimação das atividades urbanas.

para o conjunto de cativos ocupados com a lavoura. Quando adicionamos os 161 cativos que não se encontravam na lide agrícola atingimos o total de 4.254 cativos para o município de Taubaté.⁵⁴ Assim, o contingente escravo da localidade alterou-se pouco entre 1872 e 1884, provavelmente o tráfico entre as províncias tenha aumentado nesse intervalo temporal.⁵⁵ Ademais, no período ora contemplado, o total de escravistas cresceu e o número médio de cativos reduziu-se.

A distribuição dos 3.444 (3.283 + 161) cativos para os quais conhecemos os proprietários permite-nos a observar a concentração da posse de escravos. Quase a metade dos escravistas mantinha apenas um elemento em seu plantel, mas possuía somente 9,4% dos escravos. Por outro lado, embora os grandes escravistas representassem apenas 2,0% dos senhores, detinham 27,6% da escravaria. O índice de Gini concernente a 1884 mostra-se superior ao de 1872: 0,657 vis-à-vis 0,637. Este resultado, conquanto embasado em dados passíveis de reparos, não contraria a tendência de crescimento da desigualdade da distribuição da propriedade escrava em Taubaté a partir da década de 1830. A representatividade dos segmentos médios viu-se reduzida definindo-se dois grupos principais: o dos proprietários de 1 a 4 cativos e o dos escravistas possuidores de plantéis com vinte ou mais elementos. Este processo, como consignado no estudo de Zélia Cardoso de Mello, também ocorreu na cidade de São Paulo.

⁵⁴ Não nos parece haver subestimação expressiva para o conjunto da população escrava em 1884, pois seu número aproximou-se do de 1874 (4.122) e superou o de 1886 (2.668). Cf. CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FFCL, 1952, v. II, p. 3. (Boletim nº 153).

⁵⁵ José Flávio Motta & Renato Leite Marcondes trabalhando com escrituras de compra e venda de escravos de Guaratinguetá (SP) verificaram um aumento do número de escravos das províncias do Nordeste comercializados na cidade entre 1872-4 e 1878-9 (Cf. MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. *Escrituras de venda de escravos* (Guaratinguetá, 1872-4/1878-9). Anais do II Encontro Nacional de Economia Política (1997). São Paulo: PUC-SP/Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 1997, v. 3, p. 347).

TABELA 4

**ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS,
SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS
PLANTÉIS (Taubaté, 1884)**

Faixas de Tamanho	Proprietários	%	Escravos	%
1 cativo	323	46,6	323	9,4
2 a 4	233	33,6	612	17,8
5 a 9	64	9,2	424	12,3
10 a 19	39	5,6	580	16,8
20 a 39	21	3,0	555	16,1
40 ou mais	14	2,0	950	27,6
TOTAL	694	100,0	3.444	100,0

Obs: Não consideramos, por falta de informação, 150 escravistas que possuíam escravos de lavoura.

Os maiores detentores de cativos com vinte ou mais elementos em seus plantéis eram em número reduzido (5,0%) e possuíam uma escravaria elevada (43,7%) em 1884. Entretanto, observamos cerca de quatro quintos dos escravistas mantendo no máximo quatro elementos nos seus plantéis; entre eles verificamos, ademais, um expressivo número de pessoas residentes no núcleo urbano de Taubaté (negociantes, profissionais liberais, artesãos, jornaleiros etc.) e de pequenos agricultores, muitas vezes não vinculados à cultura da rubiácea.

Considerações finais

Contrariando o fixado pela historiografia clássica, as evidências empíricas apresentadas ao longo deste artigo patenteiam a relevância da pequena e média propriedade durante o auge da cafeicultura no vale do Paraíba. Esta importância restou patenteada pela análise do conteúdo do documento deixado pelo coletor de Angra dos Reis (1868) e concernente a cafeicultores fluminenses, paulistas e mineiros, cuja grande maioria produzia menos de dez mil arrobas da preciosa rubiácea. De outro lado, ao considerarmos a distribuição da posse escrava para Taubaté em 1872 e 1884 também compro-

vou-se a significativa participação dos pequenos e médios escravistas; os quais representavam mais de nove décimos dos proprietários de escravos e possuíam mais da metade do contingente cativo.

Ao que tudo indica, durante o século XIX, com a expansão cafeeira, cresceu a concentração da propriedade, especialmente a escrava. Neste processo pode ter havido a exclusão de um grande número de indivíduos de apoucadas posses, mas, de outra parte, é preciso reconhecer que tal processo também permitiu que muitas pessoas, igualmente não tão abastadas como a elite agrária e mercantil, continuassem na localidade e auferissem benefícios gerados pela economia cafeeira; quando a região conheceu seu auge e, por conseqüência, o ponto máximo de desigualdade na distribuição da propriedade, estas pessoas ainda mantinham uma importância econômica muito expressiva. Vê-se, pois, que aumento da concentração ao longo do desenvolvimento da cafeicultura não inviabilizou a participação dos pequenos e médios produtores na economia cafeeira, sendo incorreto, portanto, desconsiderá-los.

Em vista do reduzido número de cafeicultores com mais de cem cativos até mesmo os patamares da *plantation* escravista precisam ser qualificados. Há a necessidade de superação da historiografia clássica: negar certos aspectos como a reduzida importância econômica e demográfica da pequena e média propriedade, mas preservar outros. Até nas áreas onde se esperaria uma maior presença da grande lavoura verificava-se a existência de pessoas possuidoras de menores recursos. A difusão da propriedade alcançou, nas suas mais diversas gradações, uma expressiva parcela da população, fortalecendo o mercado interno brasileiro. Uma massa de proprietários não tão abastados possuía renda monetária obtida mediante a agricultura de exportação, de subsistência ou até em ocupações não agrícolas. Eles exerciam seu poder de compra, mesmo com relação à mão-de-obra escrava. Este resultado deve ser utilizado aliado a outros alcançados pelos trabalhos mais recentes, como, por exemplo, a importância demo-econômica dos não-proprietários de escravos, a produção de subsistência (distinta do autoconsumo), a acumulação mercantil endógena e o usufruto da terra (compreendendo até mesmo a brecha camponesa). O conjunto destes trabalhos evidencia a necessidade de uma nova síntese interpretativa da economia escravista brasileira. As obras de João Fragoso & Manolo Florentino (1993) e Iraci Costa (1995) sinalizam o início desta discussão.⁵⁶

⁵⁶ Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. COSTA. Op. cit.